



SE 02. Desregulação ambiental e seus efeitos sociais: desafios para um antropologia em ação

Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense - UFF) - Coordenador/a, Andrea L. Zhouri Laschefski (UFMG) - Coordenador/a, Wilson Rocha Fernandes Assis (Ministério Público Federal) - Participante, Felisa Cancado Anaya (Universidade estadual de montes claros) - Participante, Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG) - Debatedor/a, Andrea L. Zhouri Laschefski (UFMG) - Participante, Ricardo Verdum (Museu Nacional) - Participante, Alessandra Korap Silva (Associação Indígena Paririp) - Participante, Maria Janete Albuquerque de Carvalho (Servidora Pública) - Participante, Deborah Bronz (Universidade Federal Fluminense - UFF) - Debatedor/a

Nos últimos anos, propostas de mudanças na regulação ambiental têm recebido particular atenção do Governo Federal, no bojo de uma nova guinada desenvolvimentista rumo ao fortalecimento das alianças dos atores vinculados às atividades extrativas e produtivas com o mercado internacional (mineração, petróleo, hidroeletricidade, agroindústria). O que chamamos de desregulação ambiental se refere à flexibilização das leis relacionadas à gestão e à proteção ambiental e aos direitos territoriais, visando um menor controle legal do Estado diante da intensificação de processos produtivos, da exploração de recursos naturais, do uso e da ocupação da terra. Esse processo vem acompanhado dos seguintes fenômenos observados em diversos casos estudados por antropólogos: expropriação, agravamento dos danos nos territórios de ocupação tradicional ou de periferia urbana; violência e criminalização dos movimentos sociais (e das práticas antropológicas); retrocessos na legislação socioambiental brasileira (licenciamento ambiental, código florestal, código de mineração); surgimento de novas formas de imobilização da força de trabalho; reestruturação do mercado de terras nas áreas rurais etc. Parte destas pautas se tornou tema de moções e notas assinadas pela ABA no último biênio. Convidamos pesquisadores, membros do Ministério Público e representantes de movimentos sociais para refletir sobre esses fenômenos, procurando ampliar e aportar subsídios que desafiam uma antropologia em ação.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

